



FOLHA CONSTITUINTE

JULHO - 89

Edição especial do PoisZé
Gabinete do Dep. José Dirceu

ESTADUAL

A Batalha da Constituinte

A pressão popular deve ser o principal fator para vencer os interesses conservadores na Constituinte Estadual

Com o encerramento dos trabalhos das Comissões Temáticas já é possível fazer uma primeira avaliação do processo Constituinte Estadual, destacando suas principais tendências.

O anteprojeto de Constituição, elaborado pelo deputado Arnaldo Jardim (PMDB) e que serve de base para a discussão das emendas, caracteriza-se antes de tudo por representar os interesses do governo Quéricia e da iniciativa privada.

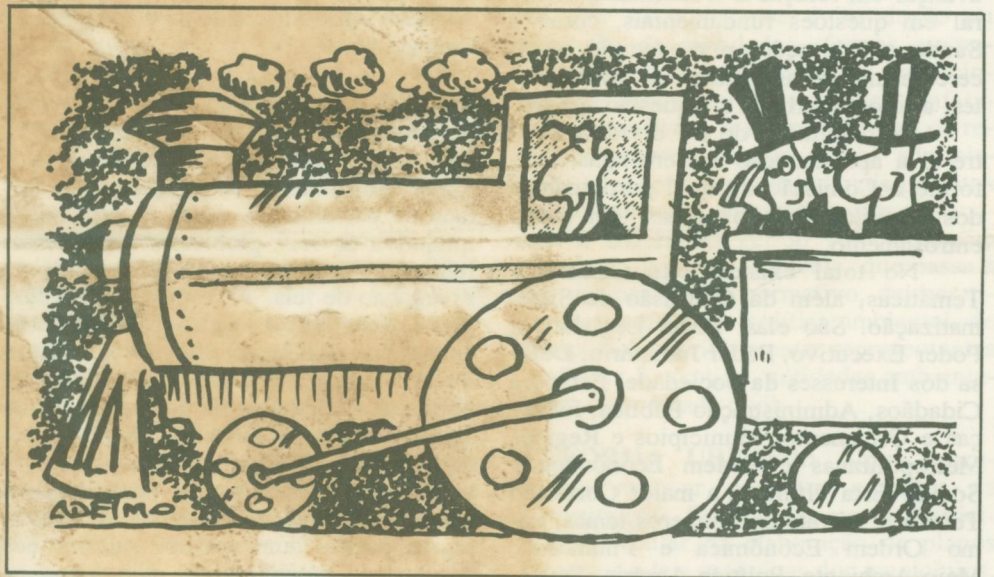
Suas propostas significam um retrocesso, inclusive em relação às poucas conquistas obtidas em nível federal. Praticamente elimina a participação popular, remetendo sua regulamentação para uma incerta legislação ordinária (art. 23, par. 3º) e procura restringir direitos assegurados na própria Constituição Federal, como o direito de greve (art. 4º, IV).

Afronta princípios elementares da administração pública, instituindo diversos trens da alegria, entre eles o que dá estabilidade aos funcionários ocupantes de cargos em comissão (art. 13º das Disposições Transitórias).

Restringe os poderes do Legislativo, suas competências e prerrogativas, retrocedendo em vários aspectos no que já está assegurado pela Constituição Federal.

Fere a autonomia municipal, disciplinando matérias claramente de competência das Leis Orgânicas dos Municípios: prerrogativas dos vereadores, crimes de responsabilidade para prefeitos, e processo legislativo municipal.

Pode também ser caracterizado como privatizante, na medida em que privilegia a empresa e a propriedade privadas, determinando, inclusive, que os "serviços públicos de natureza industrial ou domiciliar, sempre que possível, serão prestados aos usuários pelos métodos da empresa privada..." (art. 125). Incentiva a participação da iniciativa privada no sistema de saúde (art. 264, § 1º, 2º e 5º) e eleva a princípio constitucional a "coexistência de instituições públicas e privadas de ensino" (art. 278, III).



Querem transformar a Constituinte Estadual num grande "Trem da Alegria"

O PMDB, com o argumento de que a Constituição deve ser "enxuta", defende princípios genéricos e procura descartar toda e qualquer proposta que vise assegurar direitos aos trabalhadores e à população em geral. Porém, foi literalmente atropelado, inclusive por deputados do próprio PMDB, por uma avalanche de quase 5000 emendas que foram apresentadas nesta primeira fase, incluindo-se aí mais de mil emendas populares e de entidades.

Um primeira análise dessas emendas mostra que um número expressivo de deputados do PDS, PFL, PTB e do PMDB, pretendem transformar a Constituinte num grande "comboio da alegria", através de isonomias, aposentadorias especiais e tudo quanto é tipo de benefícios para este ou aquele setor do funcionalismo, em detrimento do conjunto dos servidores. Mostra também uma clara tendência no sentido de aprofundar ainda mais o perfil privatizante do anteprojeto, principalmente nas áreas de saúde, educação e dos serviços públicos. Emendas como a do deputado Nabi Chedid (PFL), dando preferência às empresas privadas

para a prestação de serviços públicos, ou do deputado Israel Zekcer (PTB), já aceita pelo relator da Comissão da Ordem Econômica e Social, que possibilita a participação de particulares nos testes para controle de qualidade do sangue e hemoderivados, dão bem uma idéia do rumo que os deputados desses partidos pretendem imprimir à Constituinte.

O número de emendas apresentadas por centenas de entidades, Câmara de Vereadores e Prefeituras, demonstra a preocupação da sociedade com o destino da futura Constituição do Estado. Demonstra também que, apesar da composição majoritariamente conservadora da Assembleia Legislativa, é possível interferir neste processo. A pressão sobre cada deputado, através de telegramas, moções, de visitas aos gabinetes ou mesmo às suas casas, defendendo as emendas de interesse dos trabalhadores, ou ainda acompanhando de perto a votação destas emendas, lotando a galeria da Assembleia, poderá alterar esta correlação de forças desfavorável e assegurar conquistas importantes para a população do Estado de São Paulo.

Propostas de

Apesar do impedimento por parte do Regimento Interno da Constituinte, da apresentação de outros anteprojetos que não o elaborado pelo relator do Grupo de Trabalho - constituído na Assembléia para este fim -, o PT, reunindo contribuições de entidades, técnicos de várias áreas, e de seus militantes, elaborou seu próprio anteprojeto que serviu de base para a elaboração das emendas dos deputados petistas.

O anteprojeto do PT tem como princípio fundamental a necessidade de democratizar os Poderes do Estado, garantindo a participação popular tanto no que se refere à fiscalização quanto ao planejamento. Ao mesmo tempo, busca avançar em relação à Constituinte Federal em questões fundamentais, como a Saúde e Educação, por exemplo, onde cerca e impede as influências privatizantes, a reforma urbana e a questão agrária.

Os deputados do PT dividiram entre si a apresentação das emendas, conforme a Comissão da qual participam e dos assuntos com os quais têm maior entrosamento.

No total existem oito Comissões Temáticas, além da Comissão de Sistematização. São elas: Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário, Defesa dos Interesses da Sociedade, Estado e Cidadãos, Administração Pública, Finanças e Orçamento, Municípios e Regiões Metropolitanas e Ordem Econômica e Social. Esta última é a maior Comissão Temática, e trata de inúmeros temas, como Ordem Econômica e Financeira, Meio Ambiente, Política Agrária, Saúde, Educação, Da Família, Criança, Adolescente, Idoso e Pessoas Deficientes, Saneamento Básico, Recursos Hídricos, Recursos Minerais, Transportes, Ciência e Tecnologia, Cultura, Comunicação Social, Política Urbana, Sistema Financeiro Estadual, Seguridade, Previdência e Assistência Social.

Estas Comissões caminham para a fase final de discussão e terão que encerrar os seus trabalhos até o dia 4 de julho. Os relatórios votados nas Comissões serão encaminhados à Comissão de Sistematização, que, com base nas emendas aprovadas, elaborará o Projeto de Constituição que será apreciado pelo plenário de deputados.

Os primeiros relatórios apresentados por alguns relatores para discussão e votação nas Comissões já deixam clara a intenção da maioria governista da Assembléia de passar um verdadeiro "rolo compressor" nas propostas que contrariam o anteprojeto. Na Ordem Econômica e Social, por exemplo, o relator Wagner Rossi (PMDB), rejeitou a maioria das emendas, sem sequer fundamentar o porquê desta rejeição.

O PT apresentou 521 emendas. Confira as principais propostas:

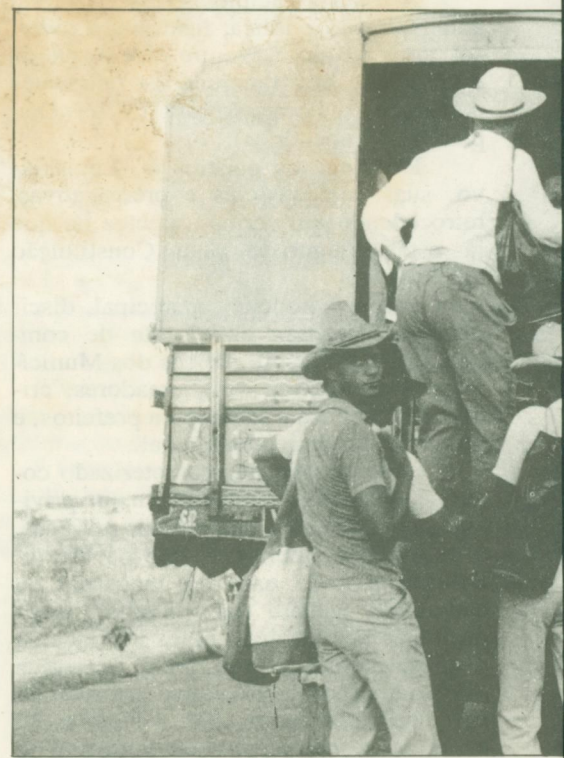
PODER EXECUTIVO: As emendas apresentadas a esta Comissão têm por objetivo garantir maior autonomia municipal e, principalmente, diminuir os poderes excessivos do Executivo. Destacam-se as emendas que restringem as atividades que são de competência exclusiva do Governador (como convocar plebiscitos e referendos e propor a criação de regiões metropolitanas). Também se determina que os crimes de responsabilidade do governador sejam julgados pela Assembléia Legislativa, e que os secretários de Estado estejam sujeitos a julgamento por estes crimes. O governador deverá pedir autorização à Assembléia quando se ausentar do Estado por mais de sete dias, e do País por qualquer período, prestando conta de suas viagens.

PODER LEGISLATIVO: Em contrapartida, as emendas do PT sobre este tema criam uma nova concepção para o Poder Legislativo, assegurando as formas de participação popular, através da iniciativa de leis, plebiscito sobre temas relevantes e polêmicos, e referendo para revogação de leis. A proposta do PT amplia as funções do Legislativo, definindo como sua atribuição não só a estruturação das secretarias como das empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias etc. e aumenta seus poderes de fiscalização sobre o Executivo. Outras importantes emendas democratizam o funcionamento da Assembléia e fixam regras para o aumento dos salários dos deputados, determinando que estes se deem de acordo com os aumentos do funcionalismo público em geral, sem qualquer verba de representação. Em relação ao processo legislativo orçamentário, as emendas do PT dão poderes à Assembléia de interferir na elaboração do orçamento do Estado e estabelecem prioridades para aplicação de verbas.

PODER JUDICIÁRIO: Facilitar o acesso à justiça, agilizar os serviços judiciais, democratizar internamente este Poder e afirmá-lo como Poder harmônico e independente, bem como garantir sua transparência e possibilidades de fiscalização pela sociedade, são as principais metas do PT. Para isso foram apresentadas várias emendas, destacando-se a que institui os Juizados Especiais de Pequenas Causas, garantido a estes infra-estrutura necessária e prevendo-se a eleição dos juízes leigos. Para democratizar o Poder Judiciário, o PT propõe a eleição do órgão especial do Tribunal de Justiça pelos juízes, e a instituição de audiências públicas, forma pela qual a sociedade, através de suas entidades representativas, poderá opinar sobre as políticas deste Poder. Além disso, o PT propõe a extinção dos Tribunais de Justiça Militar.

DEFESA DOS INTERESSES DA SOCIEDADE, DO ESTADO E CIDADÃOS: O PT propõe, através de suas emendas, a desmilitarização completa da Segurança Pública, criando a Força Pública Paulista, uma polícia civil subordinada unicamente ao Estado, com funções de policiamento preventivo. Propõe também que a Assembléia Legislativa assumira o movimento pela convocação de um plebiscito nacional que dê completa autonomia aos Estados no provimento da segurança de seus cidadãos, desmilitarize o policiamento ostensivo, unifique as polícias e limite as atribuições das Forças Armadas à defesa externa. Além disso, as emendas visam dar autonomia aos municípios para constituir e comandar Guardas Municipais, proporcionar ao Legislativo meios para controlar e fiscalizar as polícias Civil e Militar e garantir o acesso às determinações do Exército sobre esta última, extinguir as Casas e Assistências Militares e proibir serviços de Informação e Contra-informação da PM. Como único partido que tratou da questão penitenciária, o PT apresentou emendas que corrigem as deformações do sistema prisional do Estado, criando a Lei de Execução Penal Estadual.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: As emendas do PT sobre este tema, visam garantir condições para a prestação dos serviços públicos, impedindo que estes se realizem sob os parâmetros da iniciativa privada, estipulando que as empresas que não respeitem a saúde do trabalhador e o meio ambiente não possam ser



Priorizar as terras do Estado para assentamento de trabalhadores e a questão agrária.

contratadas pelo Governo do Estado. Nesta emenda que estabelece diretrizes para a criação dos planos de carreira dos servidores da administração, e que criam condições de efetivo funcionamento dos sindicatos dos servidores públicos, garantindo a estes o papel de representantes do Estado. Outra importante emenda é a que regulamenta a publicidade governamental, impedindo, inclusive, as custeadas por empresas privadas.

FINANÇAS E ORÇAMENTOS: Neste tema foram apresentadas emendas que buscam criar condições para a efetiva fiscalização das finanças e orçamentos do Governo do Estado. Além disso, pretende-se acabar com a isenção de ICMS das empresas de TV e rádiodifusão, contida no anteprojeto, e garantir que os impostos devidos ao Estado sejam pagos, impedindo as negociações com o dinheiro público e garantindo um aumento real da receita do Estado, através da aplicação destes recursos.

MUNICÍPIOS E REGIÕES METROPOLITANAS: Garantir a autonomia é o principal objetivo das emendas apresentadas. O PT propõe suprimir do anteprojeto as seções que tratam "Das prerrogativas, vedações e responsabilidades dos vereadores", "Dos crimes de responsabilidade dos Prefeitos" e "Do processo Legislativo", por entender serem estas matérias de competência da Lei Orgânica



Com as propostas sobre Segurança Pública, o PT quer acabar com a militarização da polícia, impedindo, por exemplo, que a PM reprima os trabalhadores.

dos Municípios. Também foi apresentada emenda que estipula ter o Estado até o terceiro dia útil após o recolhimento dos impostos para remeter as parcelas pertencentes aos municípios, atualizando monetariamente os valores e pagando multas e juros caso haja atraso no envio. O PT propõe ainda que a constituição de regiões metropolitanas se dê a partir de um município referência, com a livre adesão dos municípios limítrofes.

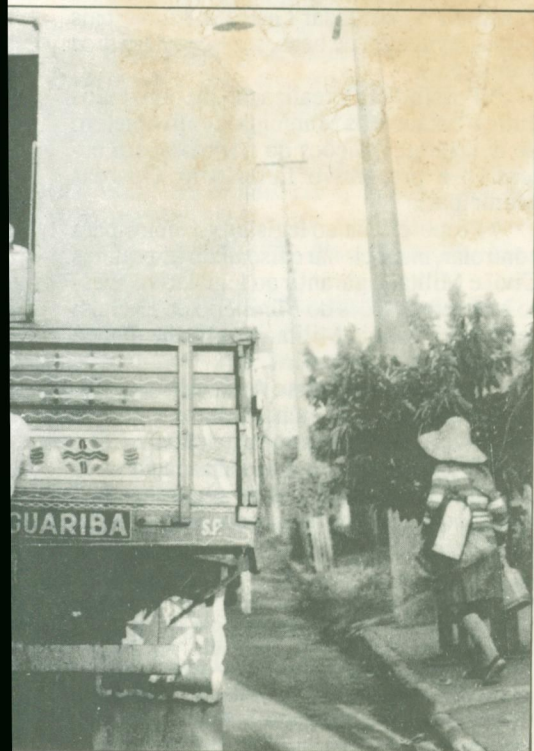
SAÚDE: Nas questões da Saúde, o PT avança em relação à Constituição Federal, tornando mais claras as formas de participação popular na elaboração, gestão e participação das políticas de saúde. Limita a participação da iniciativa privada no Sistema de Saúde Pública, a um caráter complementar, e apresenta princípios que norteiam as ações e serviços públicos de saúde em relação às pessoas portadoras de deficiências, doentes mentais e saúde do trabalhador. Na questão da SAÚDE E PREVIDÊNCIA, o PT propõe o fim da criação e manutenção de Carteiras Especiais de Previdência para ocupantes de cargos eletivos, em nível estadual e municipal, impede o pagamento pelo Estado de mais de uma aposentadoria a ocupantes de funções públicas e propõe o Plano Estadual de Previdência Social, garantindo a participação dos usuários, órgãos e entidades que atuam no setor.

EDUCAÇÃO: A atuação do PT sobre estas questões se dá para impedir a transferência de verbas públicas para empresas privadas de ensino. Isso mesmo para aquelas que não têm fins lucrativos. Outra preocupação é garantir que as taxas escolares sejam compatíveis com a possibilidade de pagamento. Também se procura responsabilizar o Poder Público pela Educação, além de atuar para democratizar as gestões das entidades públicas de ensino, instituindo eleições diretas para reitores de universidades e diretores de escolas. O PT garante 33% do orçamento do governo para a Educação, integra o Ensino Superior ao Plano Estadual de Educação, democratiza a composição e amplia as responsabilidades do Conselho Estadual de Educação.

MEIO AMBIENTE: São inúmeras as emendas apresentadas sobre este tema, procurando-se, também aqui, garantir a participação da população, determinando, por exemplo, que a instalação ou operação de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras sejam condicionadas à aprovação das populações afetadas. Além disso, o PT propõe que os recursos provenientes de multas administrativas e condenações judiciais por atos lesivos ao meio ambiente sejam destinados a um fundo gerido pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, que passa a ser um organismo normativo, deliberativo e consultivo da política ambiental, de composição paritária, entre representantes do Poder Executivo, entidades ambientalistas e sociedade civil.

REFORMA URBANA: Aqui, procurou-se reforçar preceitos contidos na Constituição Federal, como a participação popular na elaboração de planos diretores e leis orgânicas dos municípios, e o uso capião urbano. O PT determinou e precisou a Função Social das Cidades, que devem garantir o acesso à moradia, ao transporte público, ao saneamento básico e a outros serviços a todos os cidadãos. Ao mesmo tempo, as emendas buscam fazer com que os espaços urbanos cumpram esta função social e não sejam utilizados prioritariamente como elemento de especulação financeira. Ampliou a Constituição Federal, instituindo o Direito Real de Uso.

QUESTÃO AGRÁRIA: Apesar das limitações em nível Federal, o PT procurou avançar nas questões que envolvem a política agrária, determinando que o Estado só preste serviço para propriedades que cumpram sua função social, estipulando um prazo de seis meses para que este realize um recadastramento de suas terras, que devem ser prioritariamente utilizadas para assentamento de trabalhadores sem terra e preservação de populações de posseiros e pequenos proprietários atingidas por obras públicas recebam como indenização a permuta de suas áreas por outras semelhantes na localidade, garantindo a "terra pela terra"



em terra faz parte das propostas do PT para a

Zé Dirceu

Lutando por uma Constituinte progressista e avançada

Desde o início dos trabalhos da Assembléia Estadual Constituinte a bancada do PT tem sido a mais atuante e a mais combativa na luta pelos interesses populares. O PT foi o único partido que apresentou um anteprojeto alternativo para a nova Constituição Paulista, procurando sempre avançar em relação à Constituição Federal.

É com este intuito que tem se dado a atuação do Zé Dirceu na Constituinte Estadual. Participando desde o início dos trabalhos - quando foi coordenador do Subgrupo da Ordem Econômica e Social - o Zé tem sido um dos deputados mais atuantes na Constituinte, sendo o representante do PT na Comissão do Poder Legislativo e fazendo parte da Comissão de Sistematização. Esta atuação se refletiu nas 117 emendas propostas pelo Zé Dirceu, que fizeram dele o deputado que mais apresentou emendas à Constituinte.

Dentre as várias emendas propostas pelo Zé Dirceu, as principais foram as seguintes:

PROPAGANDA - Dando continuidade à fiscalização que temos feito sobre os gastos publicitários do Governo Estadual, o Zé apresentou emenda disciplinando a propaganda oficial no Estado de São Paulo. Por esta proposta a **propaganda oficial, mesmo que custeada por particulares, não pode conter, sob qualquer forma, elementos que caracterizem a promoção pessoal de autoridades**, proibindo-se, portanto, a propaganda pessoal e política que vinha sendo feita. Com isto queremos impedir burlas à legislação, como Quércia fez com a criação da "Associação São Paulo em Ação".

Além disso, esta proposta obriga o Governo a prestar contas trimestralmente à Assembléia Legislativa sobre todos os seus gastos em propaganda e permite que a Assembléia suspenda a propaganda oficial se houver violação a estas normas.

FUNCIONALISMO - Apresentamos emenda garantindo às associações e sindicatos do funcionalismo estadual direito de resposta a notas veiculadas pelo governo estadual, sempre que estas digam respeito a reivindicações trabalhistas do funcionalismo. Assim, sempre que o governo estadual divulgar comunicados sobre reivindicações e movimentos do funcionalismo, este, através de suas entidades, terá direito ao mesmo tempo e espaço para responder.

PODER LEGISLATIVO - Nesta área o Zé Dirceu apresentou inúmeras emendas, discutidas e aprovadas pela Bancada do PT, com o objetivo de ampliar as prerrogativas do Legislativo e propiciar a iniciativa popular legislativa.

Assim apresentamos emendas estabelecendo a competência da Assembléia Legislativa para a criação e estruturação das Secretarias de Estado e demais órgãos da Administração Direta e Indireta; e sobre matéria financeira estadual, cabendo-lhe fixar limites globais para o montante da dívida consolidada do Estado. Caberá também



à Assembléia Legislativa escolher 5/7 dos membros do Tribunal de Contas do Estado e aprovar os 2/7 dos membros deste Tribunal indicados pelo Governador.

Outra emenda apresentada pelo Zé permite que as Comissões Permanentes ou Temporárias da Assembléia Legislativa convoquem Secretários de Estado, dirigentes de órgãos da administração direta e indireta ou qualquer cidadão para prestar, pessoalmente, informações sobre o assunto em exame, importando o não comparecimento em crime de responsabilidade.

No que diz respeito à iniciativa popular legislativa, o PT assegura ao conjunto dos cidadãos que representem 0,2% do eleitorado do Estado a iniciativa para propor projetos de lei; 0,5% do eleitorado poderá propor emenda constitucional e 1% poderá requerer a convocação de plebiscito.

Propomos também normas permanentes para o reajuste dos salários dos deputados, estabelecendo que estes salários serão reajustados nos mesmos índices e mesmo período do reajuste do funcionalismo público estadual, ficando sujeitos aos impostos gerais, e vedando-se a concessão de qualquer ajuda de custo ou gratificação extra.

TREM DA ALEGRIA - O Zé apresentou emenda revogando o "trem da alegria" proposto pelo PMDB/PFL/PTB, que propõe a efetivação de todos os funcionários públicos não concursados e em cargos de confiança, que exerçam a função a 5 anos consecutivos. Se aprovado, este "trem" beneficiará inúmeros apadrinhados, que entraram no serviço público em manobras clientelísticas e sem prestar concurso.

Além disso, o Zé Dirceu também se posicionou contra a criação da Procuradoria da Assembléia Legislativa, expediente que visa beneficiar cerca de 40 Assesores do Gabinete de Assessoria Técnica da Assembléia Legislativa, transformando-os, sem concurso público, em Procuradores, e elevando os seus vencimentos.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA - Nesta área, apresentamos emendas visando direcionar as atividades ligadas à área de C&T no sentido do bem estar da coletividade e de assegurar a utilização racional dos recursos disponíveis e a priorização do desenvolvimento social, procurando harmonizá-lo com os direitos dos trabalhadores.

Assim apresentamos emenda propondo o aumento da dotação da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) de 0,5% para 1% da Receita Orçamentária do Estado, garantindo-lhe autonomia científica, de gestão administrativa e financeira. Esta autonomia se aplica a todas as instituições de C&T do Estado, que deverão ser geridas de forma democrática. Ainda com relação à FAPESP propomos a participação em seu Conselho Diretor de representantes de todos os segmentos da comunidade científica.

Apresentamos também emenda que veda construção, armazenamento e transporte de armas nucleares no Estado.

DEFESA DO CONSUMIDOR - No que concerne à defesa do consumidor apresentamos emendas propondo o estímulo por parte do poder público ao associativismo e ao cooperativismo; a criação de mecanismos eficazes de controle e fiscalização de alimentos, bebidas e águas para consumo; a proibição de propaganda enganosa relativa a bens e serviços que provoquem risco à saúde ou induzam os consumidores a atividade nociva à saúde, vedando a propaganda de medicamentos, bebidas alcoólicas e cigarros.

Apresentamos também emenda no sentido de garantir, efetivamente, a presença e participação das Associações de Defesa do Consumidor, usuários e mutuários, assim como dos sindicatos no Conselho Estadual de Defesa do Consumidor.

SEGURANÇA PÚBLICA - Aqui o PT propõe a desmilitarização completa da Segurança Pública e a autonomia total dos Estados no provimento da segurança de seus cidadãos, através de emendas, apresentadas pelo Zé Dirceu e pelo Deputado Francisco de Souza (PT), que visam:

* Dar autonomia aos municípios para constituir e comandar Guardas Municipais para a segurança de bens, serviços e prédios municipais.

* Possibilitar a realização de convênios entre o Estado e os Municípios com objetivo de delegar atribuições do policiamento ostensivo e preventivo fardado às Guardas Municipais.

* Proporcionar ao legislativo meios para controlar, inspecionar e fiscalizar as polícias Civil e Militar e garantir ao legislativo acesso às determinações do Ministério do Exército relativas à Polícia Militar, conforme dispõe a Constituição Federal.

* Extinguir as Casas e Assistências Militares e proibir a existência de serviços de Informação de Contra-informação na PM.

* Determinar que a autorização para a constituição de empresas de segurança privada tenha que ser aprovada pela Assembléia Legislativa.

Expediente: Gabinete do Deputado José Dirceu - PT. Assembléia Legislativa de São Paulo, Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº, sala 3006, CEP 04097, SP-SP. As páginas 1, 2 e 3 deste Boletim reproduzem material produzido pela Assessoria de Imprensa da Liderança do PT na Assembléia Legislativa, à exceção da manchete e da ilustração da Página 1. A página 4 foi produzida pela Assessoria de Divulgação do Dep. José Dirceu.

Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte

Reuniões todas as 2ª-feiras - 20 hs.
Faculdade de Direito - Lgo S. Francisco